

Ata nº 131 / XIII / 3.^a SL

Aos 12 dias do mês de junho de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu em sessão ordinária a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações Gerais.

2. Pedido de assentimento à alteração do período de deslocação à Rússia do Senhor Presidente da República, de 19 a 21 de junho de 2018.

3. **Apreciação e votação do parecer** da [Proposta de Resolução n.º 67/XIII/3.^a](#) - Aprova o Acordo Internacional que institui a Fundação Internacional UE/ALC, assinado em 26 de outubro de 2016, em Santo Domingo, República Dominicana.

- **Deputado autor do parecer:** Paulo Pisco - PS

4. **Apreciação e votação do parecer** da [Proposta de Resolução n.º 69/XIII/3.^a](#) - Aprova o Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República de Cuba, por outro, assinado em Bruxelas em 12 de dezembro de 2016.

- **Deputada autora do parecer:** Isabel Santos - PS

5. **Apreciação e votação do parecer** da [Proposta de Resolução n.º 70/XIII/3.^a](#) = Aprova o Acordo Relativo à Criação e Funcionamento do Centro Internacional sobre o Desenvolvimento de Política Migratória, assinado em Viena, em 1 de junho, de 1993, na redação conferida pela sua Terceira Modificação, assinada em Rodes, em 25 de junho de 2003.

- **Deputada autora do parecer:** Maria Manuel Rola – BE

6. **Apreciação e votação do parecer** da [Proposta de Lei n.º 118/XIII/3.^a](#) - Autoriza o Governo a criar e a regular a emissão e utilização do cartão de identidade de agentes diplomáticos e consulares.

7. **Apreciação e votação do relatório** da [Petição n.º 483/XIII/3.^a](#) da iniciativa de Salomé Sebastião que “Solicita adoção de medidas para encontrar Américo Sebastião, cidadão português, desaparecido em Moçambique”.

- **Deputado autor do parecer:** João Pereira Gonçalves - CDS-PP

8. Apreciação e votação do Relatório da Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações com vista a uma convenção que estabelece um tribunal multilateral para a resolução de litígios em matéria de investimento - [COM \(2017\) 493](#)

- **Deputada relatora:** Paula Teixeira da Cruz – PSD

9. Apreciação e votação do Relatório da Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico - [COM \(2017\) 763](#)

- **Deputada relatora:** Ângela Guerra - PSD

10. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativa europeia sinalizada pela CAE;

[COM \(2018\) 344](#) - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto CETA criado pelo Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, no que respeita à aprovação do regulamento interno do Comité Misto CETA e dos comités especializados

- **Deputado (a) relator(a)** - PSD

11. Fixação da redação final dos textos dos seguintes projetos de resolução:

[Projeto de Resolução n.º 911/XIII/2.ª \(PEV\)](#) – “Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços junto do Estado espanhol para travar a exploração de urânio em Salamanca, junto à nossa fronteira”;

[Projeto de Resolução n.º 1397/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – “Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços e diligências para que seja devidamente cumprido o Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços”;

[Projeto de Resolução n.º 1403/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – “Recomenda ao Governo Português que exija junto do Governo Espanhol a realização de um estudo de impacto ambiental transfronteiriço relativamente às minas de urânio em Retortillo-Santidad”;

[Projeto de Resolução n.º 1405/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – “Recomenda ao Governo que no âmbito do "Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços" adote as medidas necessárias junto do Estado espanhol com vista à suspensão de qualquer decisão final da implantação do projeto de fábrica de urânio processado e de mineração em Retortillo-Santidad (Salamanca);

[Projeto de Resolução n.º 1406/XIII/3.ª \(BE\)](#) – “Recomenda ao Governo a adoção de medidas junto das autoridades espanholas para que seja travada a instalação da Mina de Urânio Retortillo-Santidad;

[Projeto de Resolução n.º 1409/XIII/3.ª \(PAN\)](#) – “Recomenda ao Governo que encete esforços para travar a exploração de urânio em Retortillo junto do Reino de Espanha e organismos internacionais”;

[Projeto de Resolução n.º 1412/XIII/3.ª \(PS\)](#) – “Recomenda ao Governo que assegure o cumprimento do Protocolo de Atuação entre Portugal e Espanha, no âmbito da exploração de urânio em Salamanca”.

12. Aprovação de atas

- Ata n.º 122/XIII/3ª de 17 de abril de 2018
- Ata n.º 126/XIII/3ª de 08 de maio de 2018
- Ata n.º 129/XIII/3ª de 06 de junho de 2018

13. Outros assuntos.

Próxima reunião: 26 de junho

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto** o qual, após ter saudado todos os presentes, propôs iniciar a discussão com a apreciação da matéria contida no **Ponto 11**. Da ordem do dia. Ato contínuo, promoveu uma curta explicação técnico-regimental quanto à envolvente da matéria em apreço, sublinhando estarmos já em sede de apuramento da redação final. Assim e por sugestão da DAPLEN, poderiam condensar-se os sete Projetos aprovados em Plenário num único Projeto de Resolução, para cujo efeito se deveria consensualizar o texto constante do parágrafo 5.º, com o teor seguinte teor:

5- *Utilize todos os mecanismos legais, institucionais e políticos para travar qualquer decisão final relativa à implantação de uma fábrica de urânio processado e mineração em Salamanca, até serem produzidos os estudos e as recomendações considerados necessários pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nomeadamente, o estudo de impacte ambiental transfronteiriço.*

Neste seguimento, o PEV veio apresentar proposta alternativa de redação para o referido parágrafo, com a seguinte redação:

5- *Utilize todos os mecanismos legais, institucionais e políticos para **travar** qualquer decisão final relativa à implantação de uma fábrica de urânio processado e mineração em Salamanca, **por não ter sido realizado**, nomeadamente, estudo de impacte ambiental transfronteiriço.*

Tendo marcado presença na Sessão, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Heloísa Apolónia (PEV)** para apresentação da sua proposta de redação, tendo explicado as respetivas motivações.

Interveio o Senhor Presidente para lembrar a fase processual em que a matéria se encontrava __ aperfeiçoamento da redação final de uma iniciativa aprovada em Plenário __, facto que impunha à comissão a necessidade de se ater aos termos concretamente previstos no n.º 2 do artigo 156.º do Regimento, no qual se prescreve a impossibilidade de modificação do pensamento legislativo de uma iniciativa já aprovada. Ora, segundo referiu, existe uma diferença substancial no modo de operar de mecanismo de “travagem” imposto pela medida, dado que do parágrafo 5.º da iniciativa transcorre uma interrupção sujeita a termo, ainda que incerto (até serem produzidos determinados efeitos), portanto, materialmente diferente da definitibilidade que parece ressaltar da proposta do PEV.- De todo o modo, atento o novo figurino sobre consensualização em sede de comissões de versões consensualizadas de iniciativas, preconizado e aprovado em Conferência de Líderes, caberia à Comissão decidir acerca da possibilidade de, mesmo com alteração do sentido da norma projetada, por ser convolada uma tal redação, desde que sprovada por unanimidade presencial de todos os Grupos Parlamentares envolvidos.

Também o PAN veio apresentar proposta alternativa para a redação do parágrafo em apreço, com o seguinte teor:

- 1- Utilize todos os mecanismos legais, institucionais e políticos adequados para travar qualquer decisão final relativa à implantação de uma fábrica de urânio processado e mineração em Salamanca até serem produzidos os estudos e as recomendações considerados necessários, nomeadamente o estudo de impacte ambiental transfronteiriço.

Embora não estando presente em sessão o representante do PAN, procedeu-se à análise formal e material desta proposta, a qual foi tida por mais consentânea com o sentido substantivo da norma aprovada em Plenário, dado não eliminar o sentido “suspensivo” que impregnava a norma aprovada em Plenário.

Perante a situação, interveio a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, para, em primeiro lugar, concordar a leitura feita pelo Senhor Presidente quanto à variação qualitativa decorrente da utilização dos termos “travar” e “suspender”; em segundo lugar, para propor a adoção de uma versão mais próxima da apresentada pelo PAN, mais conforme ao sentido pretendido.

Interveio igualmente o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)**, tendo manifestado abertura para poder acolher a proposta do PEV, tendo sublinhado que a possibilidade desta discussão decorrer em sede de comissão só vem valorizar a componente mais nobre da sua atividade, acrescentando maior flexibilidade processual e maior relevância ao trabalho em especialidade.

Interveio a Senhora **Deputada Heloísa Apolónia (PEV)** para concordar com a sugestão, tendo ficado ajustada uma versão final para o mencionado parágrafo 5.º, com a seguinte redação:

- 5. Utilize todos os mecanismos legais, institucionais e políticos para travar qualquer decisão final relativa à implantação de uma fábrica de urânio processado e mineração em Salamanca, até serem produzidos os estudos e as recomendações considerados necessários pela Agência Portuguesa do**

Ambiente (APA), nomeadamente, o estudo de impacte ambiental transfronteiriço.

Tendo esta nova redação incorporado *ad totum* a essência substantiva da proposta que havia sido formulada pelo PAN, foi esta unanimemente considerada consumida pela nova versão ora consensualizada em Comissão, tendo para efeitos de votação da redação final sido formalmente considerada a proposta do PEV, assim modificada. Uma vez submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Retomada a ordem dos trabalhos, no primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor **Presidente** deu nota das seguintes informações gerais:

- Foi apresentado um pedido de audiência pela Plataforma Portuguesa das ONGD e homólogas de Angola, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor-Leste. Existindo unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS-PP) quanto à satisfação do solicitado, e tendo em conta a agenda da Comissão, ficou para o efeito estabelecida a data de dia 22 de junho, 6ª feira, antes do início do Plenário, pelas nove horas e quinze minutos. A sessão decorrerá no formato de Mesa e Coordenadores.
- Por motivos de agenda, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros não pode comparecer na audição regimental inicialmente prevista para vinte e seis de junho. Assim, ficaram os Serviços da Comissão mandatados para estabelecer os contactos necessários ao reagendamento da audição.
- Ainda no Ponto referente às Informações Gerais, foi distribuído um projeto de parecer a emitir pela Comissão, relativamente à situação do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Alemanha. O Senhor **Presidente** fez uma resenha da situação gerada no *Bündestag* a partir das informações obtidas por diversas fontes, incluindo diplomáticas, consubstanciando a intenção de substituir o Grupo Parlamentar existente por um outro denominado Grupo Parlamentar de Amizade Ibérico, agregando Portugal e Espanha. Fez notar que a situação ainda não é definitiva, que havia partido da Conferência de Líderes do Parlamento alemão, com o intuito de racionalizar a quantidade deste tipo de Grupos, e que tal decisão não era unânime, contando mesmo com muitas reticências por parte do Presidente do Parlamento alemão. Sobre esta questão, referiu,

ainda, que juridicamente, caso se confirme a unilateralidade desta decisão alemã, tudo equivale a uma verdadeira revogação do Grupo preexistente, pelo que, passando o Grupo português a carecer de reciprocidade homóloga, deveria a consequência ser a sua extinção, competência que, contudo, pertence ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a quem o Parecer em apreço, uma vez concluído e votado, deve ser remetido, para os efeitos devidos. Mais referiu o Senhor Presidente, dever a Comissão efetuar um levantamento de todas as situações em que continua por ocorrer a verificação do mecanismo da reciprocidade homóloga, condição da qual depende a eficácia e até da validade da respetiva constituição e funcionamento.

Sobre este tema, intervieram os Senhores Deputados:

Carla Cruz (PCP), para apelar a uma análise cuidada destas situações, dado existirem situações onde a burocracia e o desenho do sistema parlamentar ´«e suscetível de dificultar o processo de reciprocidade, tendo dado o exemplo concreto da Federação Helvética, não tendo deixado de sublinhar o impacto potencial que uma decisão negativa poderia vir a ter na comunidade lusa ali residente. Mais solicitou a Senhora Deputada, atenta a sensibilidade da matéria e a consequente necessidade de uma análise mais aprofundada, que a apreciação final desta matéria pudesse ser adiada para a próxima sessão, nos termos previstos no Regulamento Interno da Comissão.

Pedro Filipe Soares (BE) para, invocando o direito regulamentar interno da Comissão, igualmente solicitar, pelos motivos atrás mencionados, o adiamento da discussão e aprovação do Parecer.

Interveio o Senhor **Presidente da Comissão** para anuir com o facto de não ter sido efetivamente cumprido o prazo regulamentar da apresentação com, no mínimo, 24 horas de antecedência, pelo que o tema regressará à Ordem do Dia numa próxima sessão. Aproveitou, ainda, para sublinhar que, paradoxalmente, o trabalho realizado por este Grupo Parlamentar com a Alemanha é dos que possui um melhor registo de atividades, quantitativa e qualitativamente, tendo lembrado que a competência para a decisão final é da exclusiva competência do Senhor Presidente da Assembleia da República.

Relativamente ao **Ponto 2** da ordem do dia, o Senhor **Presidente** apresentou o projeto de Parecer da Comissão, relativo ao pedido formalizado pelo Senhor Presidente da República, tendo em vista a sua deslocação à Federação Russa. Uma vez lido, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

A apresentação do Parecer referido no **Ponto 3**. da OD foi adiada, em virtude da ausência do Senhor Deputado Paulo Pisco (PS).

Transitados para o **Ponto 4** da ordem do dia, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para apresentação do seu Parecer da **Proposta de Resolução n.º 69/XIII/3.^a**, que aprova o Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República de Cuba, por outro.

Após a apresentação, interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para felicitar o trabalho realizado, pela Autora, tendo frisado a relevância deste acordo, que vem dar um novo impulso às relações entre a União Europeia e a República de Cuba. Destacou, pela positiva, a abordagem efetuada no que concerne aos direitos humanos e terminou, comentando sobre a necessidade de mencionar no relatório, temas concernentes à relação bilateral entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba.

Retomou a palavra a **Deputada Isabel Santos (PS)**, para informar que as referências à relação bilateral entre os Estado Unidos da América e a República de Cuba expressas no relatório, são relevantes, uma vez que contextualizam o acordo em análise.

Submetido a votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5.**, o Senhor **Presidente** deu a palavra à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)**, para apresentação do seu Parecer da **Proposta de Resolução n.º 70/XIII/3.^a**, que aprova o Acordo Relativo à Criação e Funcionamento do Centro Internacional sobre o Desenvolvimento de Política Migratória.

Terminada a apresentação da Senhora Deputada foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, que felicitou a Autora pelo trabalho realizado. Considerou a presente

matéria como de superior relevância, motivo pelo qual irá continuar a merecer acompanhamento parlamentar de grande proximidade.

Interveio também a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para felicitar a Senhora Deputada Relatora pelo parecer apresentado e destacar a relevância do tema abordado.

Submetido a votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

A apresentação do Parecer referido no **Ponto 6.** da OD foi adiada, em virtude da ausência do Senhor Deputado João Pereira Gonçalves (CDS-PP).

No referente ao **Ponto 7** da ordem do dia, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, para apresentação do seu relatório alusivo à Petição à margem identificada. Neste âmbito e após saudar a primeira peticionária, situou o objetivo e subjetivo da petição, fazendo referência às questões formais e destacando que, perante o número de assinaturas que a petição comporta, terá, nos termos da Lei de Exercício de Petição, que ser debatida em Plenário. Terminou, dando nota das conclusões do Relatório.

Registaram-se as seguintes intervenções sobre a matéria em apreço:

Deputada Lara Martinho (PS), para saudar e felicitar a Autora pelo Relatório apresentado e cumprimentar a primeira peticionária, que assistiu à reunião. Frisando o impacto que os desaparecimentos forçados geram na vida de familiares, sublinhou a relevância da diplomacia parlamentar nestes temas, sugerindo, nesse sentido, que deve ser dado conhecimento do Relatório à Assembleia da República de Moçambique.

Deputada Carla Cruz (PCP), que cumprimentou a Senhora Deputada Relatora e a primeira peticionária, manifestando a sua concordância com as conclusões do Relatório em apreço. Mais informou que, tendo em conta a natureza e importância da matéria, reserva para debate em Plenário a posição do GPPCP sobre petição em epígrafe.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, para manifestar a sua concordância com sugestão do GPPS, cujo aditamento às conclusões do Relatório ficou acordado.

Terminada a discussão, foi aprovado o Parecer pela unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP).

A apresentação do relatório referido no **Ponto 8.** da ordem do dia foi adiada, em virtude da ausência da Senhora Deputado Paula Teixeira da Cruz (PSD).

No **Ponto 9.** da ordem do dia foi apresentado o Relatório da **Proposta Conjunta de Decisão do Conselho JOIN (2017) 40.** Não tendo sido registada qualquer intervenção, foi o Relatório em apreço submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP).

No **Ponto 10.** da OD, foi atribuído ao Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) o escrutínio da iniciativa europeia ali referenciada.

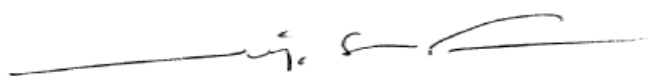
Finalmente, no **Ponto 12.** da OD, foram aprovadas por unanimidade as Atas n.º 122/XIII/3.^a e 129/XIII/3.^a e aprovada, com a abstenção do GPPCP, a ata n.º 126/XII/3.^a.

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#):

Palácio de S. Bento, 12 de junho de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Isabel Santos
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Jánila Madeira
João Oliveira
José Cesário
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 10/07/2018.